



▶ [Menu principal](#)



[Pesquisa Geral](#)



Brasília, Sexta-Feira, 22/3/119

[A Pró-Yanomami](#)

[Os Yanomami](#)

[Notícias](#)

[Documentos](#)

[Programas](#)

[Depoimentos](#)

[Bibliografia](#)

Documentos

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou "históricos", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● [Arquivo Pró-Yanomami](#)

▶ [Pesquise por Tema](#)

Todos ▼

Selecione o Período:

De

Até

[Listar Resultados](#)

▶ [Veja também:](#)

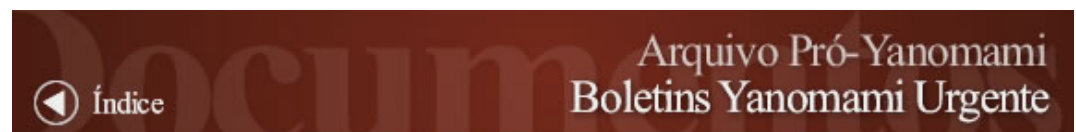
[Cartografia Yanomami](#)

[A Terra Indígena Yanomami vista do espaço](#)



[Acesse o folder CCPY](#)

[CCPY COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI](#)



Boletim Yanomami Urgente Nº 21 - 12 de Janeiro de 1993

DAVI YANOMAMI DISCURSA NA ONU NA ABERTURA DO ANO INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Convidado pelo Centro de Direitos Humanos da ONU para discursar na abertura oficial do Ano Internacional dos Povos Indígenas em Nova York em 10 de dezembro passado, viagem patrocinada pelo Indian Law Resource Center em Washington DC, Davi Kopenawa Yanomami representou os índios da floresta amazônica, entre 20 representantes indígenas de países da América Central e do Sul, dos Estados Unidos, Canadá, Japão Rússia e Austrália, entre outros.

A cerimônia de abertura foi iniciada com declarações do Presidente da Assembléia Geral, do Secretário Geral e de representantes dos Estados Membros da ONU. A sessão seguinte, que contou com a participação dos representantes indígenas, foi aberta por Antoine Blanca, coordenador do ano, e pela professora Erica- Irene A. Daes, chefe do grupo de Trabalho para populações Indígenas da ONU.

No mesmo dia, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, representante do Brasil na ONU, fez um discurso oficial sobre a política brasileira para o Ano Internacional dos Povos Indígenas, que será comemorado em 1993.

A seguir reproduzimos o discurso de Davi Kopenawa e do Embaixador*..

É uma grande honra para mim, para o povo Yanomami e para todos os povos da floresta amazônica falar para a Assembléia Geral da ONU na abertura oficial do Ano Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, cuja história através dos séculos não tem sido muito diferente da nossa própria. É a primeira vez que falo em um forum global e estou contente por ter essa oportunidade. Minha presença aqui, acredito, expressa o espírito proclamado pela Assembléia Geral de "um novo relacionamento" entre os povos.

Eu me lembro bem de minha primeira visita as Nações Unidas. Em abril de 1991 fui recebido pelo então Secretário Geral, Javier Perez de Cuellar. Expliquei a ele a agressão que meu povo estava sofrendo e ele prometeu prestar especial atenção ao nosso caso. Mais tarde ele escreveu ao Presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, expressando sua preocupação. Sua intervenção foi importante para nós. Depois de receber a comunicação, o Presidente Collor começou a prestar mais atenção aos índios e seus direitos.

Foi o começo de um processo muito bom para nós. Levou, primeiro, à decisão do governo de criar, em novembro de 1991, uma reserva contínua para nós, cobrindo nossas terras tradicionais, e finalmente, em maio de 1992, pouca antes da Conferência do Meio Ambiente Rio-92, que se realizou no Rio de Janeiro, à homologação da demarcação de nossa terra, que cobre uma grande área de 96.650 quilômetros quadrados.

No começo parecia que tínhamos afastado a onda de invasores que estava nos contaminando com suas doenças e destruindo a terra de nossos ancestrais. Obtivemos direito legal às nossas terras e a Funai, junto com a Polícia Federal, estava expulsando os invasores de nossas terras. Em julho, havia apenas 200 ou 300 garimpeiros em nossa terra, comparados aos 40.000 do pior momento para nós, no fim de 1990.

Recentemente, no entanto, começamos a enfrentar o retorno dos garimpeiros, que estão invadindo nossas terras novamente.

As balsas os estão levando à parte oeste de nossas terras, pelo rio Cauaburi. E no leste, monomotores estão sobrevoando nossas terras partindo do aeroporto de Boa Vista; capital do Estado de Roraima e de pistas ilegais em fazendas próximas. Os garimpeiros recuperaram as pistas de pouso que a Polícia Federal havia explodido com dinamite. Há agora pelo menos 8.000 garimpeiros de novo em nossas terras.

Os garimpeiros estão constantemente sobrevoando nossas terras, assustando-nos com o barulho de seus aviões. Eles estão ameaçando o pessoal que trabalha conosco, profissionais de saúde e da Funai. Em algumas áreas, estão convencendo algumas pessoas a trabalhar para eles, tentando-as com falsas promessas.

Ao mesmo tempo, estamos ficando doentes. A malária está sem controle. Meus parentes estão morrendo. Estamos com medo de outra epidemia, como a de 1987-91, que matou tantos de nós.

O ministro da Justiça do novo governo do presidente Itamar Franco, em novembro passado, prometeu ajudar. Precisamos que o governo declare claramente que nossas terras são só nossas, que os Ministérios da Economia e Planejamento forneçam urgentemente dinheiro para que a Funai e a Polícia Federal possam expulsar os invasores e para que possamos receber os remédios dos brancos para nos curar das doenças do homem branco.

Em nossa dificuldade, nos dirigimos mais uma vez às Nações Unidas. Pedimos ao novo Secretário Geral, Boutros Boutros Ghali, que se puder nos ajude, como seu antecessor. Pedimos a ele que peça ao presidente Itamar Franco para nos enviar urgentemente a ajuda que precisamos.

Também pedimos à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que investigue as condições em que os garimpeiros trabalham. A garimpagem é, além de ilegal, por ser feita em nossas terras, também muito perigosa para os próprios garimpeiros. Muitos deles são mantidos como escravos. Eles também, como nós, são vítimas da cobiça de alguns homens que controlam o comércio de ouro.

Estamos fazendo tudo que podemos para nos ajudarmos. Para nos proteger das doenças do homem branco, estamos montando nosso próprio projeto de saúde. Na minha região, no vale do rio Demini, Balawaú e Toototobi, nas terras Yanomami, temos 24 aldeias, com uma população de 1.048 Yanomami. Com a ajuda de agências governamentais do Canadá, Alemanha, Inglaterra e Suíça, e agências não-governamentais da Grã-Bretanha, Holanda, Noruega e Brasil, estamos organizando um projeto de saúde que deve chegar a todo o nosso povo. É o "novo relacionamento" entre os povos.

Finalmente, quero transmitir-lhes uma mensagem de Omam. Omam é o criador dos Yanomami e o criador dos "xabori", que são nossos pajés. Os xaboris têm toda a sabedoria e nos mandaram entregar sua mensagem às Nações Unidas. A mensagem é para parar com a destruição, parar de tirar minerais do fundo da terra e parar de construir estradas nas florestas. Nossa palavra é que se proteja a natureza, o vento, as montanhas, a floresta, os animais. Isto é o que queremos ensinar-lhes

Os líderes do mundo rico e industrializado pensam que são os donos do mundo. Mas os xaboris são os que têm o verdadeiro conhecimento. Eles são o primeiro mundo de verdade. Se seu conhecimento for destruído, então também o povo branco morrerá. Será o fim do mundo. E é isso que queremos evitar.

DECLARAÇÃO DO EMBAIXADOR RONALDO MOTA SARDENBERG, REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO ANO INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS DO MUNDO

Sr. Presidente.

A abertura do Ano Internacional dos Povos Indígenas é um acontecimento único, que assinala um momento importante nas atividades da ONU.

Durante anos, esta Organização tem entendido a necessidade de se dar atenção especial aos problemas enfrentados pelos diversos grupos sociais que, por uma razão ou outra, encontram-se em uma situação particularmente vulnerável. É o caso dos povos indígenas.

Os povos indígenas têm seu próprio modo de vida, sua própria língua e sua própria cultura, que geralmente têm raiz no relacionamento íntimo que têm com a terra que ocupam. Eles freqüentemente precisam de proteção especial e da assistência dos governos.

Muito se deve creditar às Nações Unidas por seus esforços em enfatizar não apenas essa necessidade de proteção especial e de assistência como também em apregoar a importante e insubstituível contribuição que os povos indígenas podem dar ao desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente.

O Brasil participou ativamente, desde o início, da preparação do Ano Internacional. Pretendemos participar de todos os esforços para tornar o Ano Internacional um sucesso, para torná-lo verdadeiramente um marco na promoção de direitos humanos e padrões de vida dignos para as comunidades indígenas.

Sr. Presidente.

Como se pode notar claramente em todas as resoluções adotadas sobre este assunto, o Ano Internacional não tem a finalidade de ser um evento social ou uma celebração frívola. Não tem a intenção, também, de criar oportunidades para exercícios de retórica. Pelo contrário, reflete a visão unificada de todos os Estados- Membros de que esforços que levem à ação são urgentemente necessários para solucionar os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas.

Na verdade, o Ano Internacional nos dá uma oportunidade única de refletir sobre os vários problemas e dificuldades com os quais as comunidades indígenas se confrontam e de encarar diretamente as medidas exigidas para se enfrentar esses problemas e dificuldades. A adoção de tais medidas é uma obrigação moral e responsabilidade política de cada país em relação a suas comunidades indígenas. Além disso, a cooperação internacional pode e deve dar uma contribuição significativa aos esforços nacionais de melhorar a situação das populações indígenas.

Para que essa contribuição seja positiva e construtiva, e para que realmente traga mudanças nas vidas das populações indígenas, as atividades desenvolvidas no contexto do Ano Internacional têm que ser pragmáticas e voltadas para resultados.

As resoluções adotadas sobre essas questões pela Assembléia Geral indicam onde os problemas básicos se encontram, ou seja: direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, educação, saúde, etc. Em todas essas áreas, muito está por ser feito para assegurar que as populações indígenas experimentem uma vida melhor e padrões de vida mais altos.

É visão do governo brasileiro que todos os esforços devem ser desenvolvidos, invariavelmente, dentro dos limites estritos de respeito pela diversidade cultural dos grupos indígenas. Nunca é demais recordar que a meta do desenvolvimento - uma aspiração humana universal - não é abolir as diferenças culturais, mas antes permitir que as diferentes culturas floresçam e prosperem em um grau cada vez maior de liberdade e respeito mútuo.

Devem-se levar em conta as diferentes situações das populações indígenas nos vários países e, ainda, em cada país. Cada situação particular pede iniciativas especiais, que respondam às necessidades específicas das comunidades envolvidas.

Sr. Presidente.

O Ano Internacional está baseado na noção de "um novo relacionamento". Esse conceito fundamental deveria estar presentes em todos os nossos esforços. Os grupos indígenas podem e devem ter voz própria para expressar suas necessidades, suas reivindicações e sua própria visão acerca de como solucionar seus problemas. Estamos convencidos de que cada governo, ao planejar e implementar as atividades do Ano internacional, deve ouvir atentamente essa voz, para que as iniciativas tomadas possam refletir genuinamente o novo relacionamento que queremos construir.

Nesse sentido, acreditamos ser apropriado que o programa de atividades para o Ano Internacional solicite de cada governo que faça consultas completas com os grupos indígenas. A participação de organizações não- governamentais nesta cerimônia é um sinal extremamente encorajador.

Sr. Presidente.

O respeito pelos direitos humanos deve ser um componente essencial em todas as atividades dirigidas às populações indígenas. A situação de vulnerabilidade em que essas populações frequentemente se encontram leva à necessidade de que os governos lhes dêem proteção e atenção especiais.

A futura declaração dos direitos indígenas, na qual a Comissão de Direitos Humanos deve começar a trabalhar mais ativamente em 1994, definirá os padrões básicos de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos povos indígenas.

No Brasil, parte importante dos esforços para promover e proteger os direitos humanos dos povos indígenas é o programa de demarcação de terras. Assegurar que as terras indígenas sejam demarcadas e respeitadas por todos é uma grande responsabilidade. É condição essencial para se garantir às comunidades indígenas uma oportunidade justa de poderem usufruir de seus direitos humanos, de serem capazes de dar sua própria contribuição ao desenvolvimento nacional e de se beneficiarem desse desenvolvimento, dentro de suas culturas. Certamente, cada Estado- Membro definirá suas próprias prioridades de ação dentro do contexto do Ano Internacional. Para o Brasil atender às metas estabelecidas pela Constituição brasileira continuará em primeiro lugar na agenda.

Sr. Presidente.

A Conferência do Rio enfatizou a importância do meio ambiente para as comunidades indígenas.

Há um vasto espectro de ações possíveis de serem desenvolvidas com respeito ao relacionamento entre comunidades indígenas e meio ambiente. Entre tais ações, as autoridades brasileiras valorizam muito a promoção e utilização do conhecimento sobre recursos genéticos e a organização de bancos de genes em relação a plantas tradicionalmente utilizados pelos povos indígenas, assim como a promoção e difusão de tecnologias e práticas tradicionais, tendo em vista facilitar a conservação de recursos naturais em áreas indígenas, através do uso apropriado do ecossistema.

Sr. Presidente.

Direitos humanos, terra e meio ambiente são palavras-chave no entendimento da situação dos povos indígenas. Para o Brasil, essas três áreas cruciais fornecerão diretrizes essenciais a se ter em mente durante o planejamento e a implementação do programa de atividades do Ano Internacional.

Fechando essas três áreas, está a necessidade de se promover oportunidades desenvolvimento às populações indígenas, respeitando totalmente sua cultura. Para esse fim, será imperativo que o Ano Internacional possa trazer uma contribuição significativa em termos de mobilização de recursos financeiros e técnicos para programas que possam trazer benefícios concretos às comunidades indígenas, especialmente àquelas dos países em desenvolvimento. Esperamos que o fundo voluntário estabelecido pelo Ano Internacional receba recursos adequados, de modo a permitir a efetiva implementação de iniciativas voltadas a resultados em benefício das comunidades indígenas. A questão de como mobilizar recursos adicionais para tais atividades deveria ser a principal prioridade para a reunião técnica que acontecerá em 1993.

Sr. Presidente

As autoridades brasileiras estão finalizando a elaboração do Programa nacional de atividades para o Ano Internacional. Além das questões gerais de direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, propostas específicas estão sendo examinadas propostas específicas estão sendo examinadas ativamente em diversas áreas de interesse direto às comunidades indígenas, especialmente as áreas cruciais da saúde e educação.

No campo da assistência à saúde, está previsto que as atividades a serem desenvolvidas tentarão dar maior ênfase a medicina preventiva, incluindo a assistência puerperal, controle epidêmico e vigilância epidemiológica, medidas de saneamento básico, campanhas de imunização e treinamento de trabalhadores de saúde indígenas. A participação das comunidades indígenas nesses programas será essencial, inclusive com a visão de incorporar medicamentos tradicionais indígenas à prestação de serviços de saúde.

Com relação à educação, as propostas em consideração são destinadas a garantir um maior acesso dos povos indígenas à educação básica, tendo em mente a necessidade de uma maior participação de representantes indígenas na elaboração e implementação de programas de educação indígena. Está previsto que tais programas deverão incluir materiais educativos que reflitam a especificidade sócio- étnica de cada grupo e que sua implementação inclua o treinamento de pessoal indígena para a profissão do ensino.

Os esforços desenvolvidos pelo Ano Internacional deveriam também refletir a necessidade de promoção cultural das comunidades indígenas, incluindo a melhoria dos livros escolares com relação às populações indígenas, e contribuir para a eliminação de estereótipos étnicos e imagem distorcidas das culturas indígenas nos meios de comunicação.

Sr . Presidente

Estamos convencidos de que, ao procedermos na organização e implementação de atividades no contexto do Ano Internacional, teremos muitas oportunidades de trocar pontos de vista com outros países e com nossos parceiros na comunidade ONG, com vistas a enriquecer nosso próprio programa de atividades e assegurar resultados mais efetivos.

Os povos indígenas de todo o mundo colocam em nós, e nesta Organização, suas maiores esperanças e expectativas.

Precisamos estar prontos para ouvir sua voz e responder a seus legítimos apelos. O Brasil está empenhado nesse esforço.

Muito obrigado.



Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar e-mail para o escritório central da Comissão Pró-Yanomami no seguinte endereço:

proyanomamidf@proyanomami.org.br

Financiador: _____

Boletins & Comunicados

Accesse os anteriores ou cadastre-se para receber periodicamente

